O dilema da Social-Democracia (5)

A Social-Democracia diante da Guerra e da Revolução*

Antonio Ozaí da Silva**

A 29 de julho de 1914, o Bureau Socialista Internacional reunia-se em Bruxelas. No centro da discussão entre os líderes da social-democracia estava a questão da guerra. O clima predominante entre os presentes revelava, pela primeira vez, uma inédita sensação de impotência. "Nossa reunião esteve impregnada desde o início, de uma trágica sensação de desesperança. Escutávamos os discursos sentindo-nos cada vez mais impotentes e frustrados", comentou Balabanov (*apud* LOUREIRO, 1995, p.104).

A reunião decidiu convocar o próximo Congresso da Internacional para Paris, a 9 de agosto, mudando os planos iniciais de realizá-lo em Viena. Com efeito, esta cidade estava tomada por um furor nacionalista jamais visto, o que tornava difícil a realização de um congresso pela paz. Confusos, os participantes se limitaram a conclamar o proletariado de todos os países a continuar e intensificar as manifestações contra a guerra.

A 3 de agosto, os dirigentes da social-democracia alemã reuniram-se para decidir sobre a posição dos seus parlamentares diante da votação sobre os créditos de guerra. Kautsky, que não era membro da direção nem parlamentar, foi convidado a participar, na qualidade de "teórico" oficial do partido. Até poucas horas antes desta reunião ele era favorável à abstenção. Na reunião decidiu-se pelo voto favorável aos créditos de guerra, condicionando-o a uma declaração oficial do governo alemão contra o expansionismo. Sua proposta era contraditória e não resistiu aos argumentos de Liebknecht. Derrotado, Kautsky votaria com a maioria dos deputados socialistas a favor da concessão dos créditos.

O dia seguinte foi fatídico: os deputados do SPD, contrariando as resoluções congressuais do partido e da II Internacional, votaram a favor dos créditos de guerra, tomando o lado da burguesia alemã contra o proletariado dos outros países. Liebknecht, que se opunha

aos créditos de guerra, acabou seguindo a maioria para não quebrar a disciplina partidária.

Kautsky, que durante anos compartilhara as glórias do partido, agora experimentava o gosto amargo do fracasso. Curiosamente, seu velho amigo, Eduard Bernstein, compartilhava com ele o mesmo destino trágico. Para ambos, o 4 de agosto marcaria a decadência política que se aprofundaria nos anos seguintes.

Ainda na noite do 4 de agosto, alguns membros da esquerda se reuniram na casa de Rosa Luxemburgo com o objetivo de organizar a luta contra a guerra e a maioria do partido. Em 10 de setembro, a esquerda afirma publicamente as suas posições através de uma declaração assinada por Luxemburgo, Liebknecht, Franz Mehring e Clara Zetkin.

Na votação de concessão de novos créditos de guerra, em 02 de dezembro, Liebknecht foi o único a votar contra. Este posicionamento transformou-o num símbolo da oposição – reconhecido internacionalmente – e fortaleceu a aglutinação da esquerda. Estes foram os primeiros passos que dariam origem à *Liga Spartacus*.

Em 21 de dezembro do ano seguinte, noutra votação para a renovação dos créditos, Liebknecht teve o apoio de 19 deputados (o deputado Ruhle já havia seguido seu voto contrário na votação de 20 de março). A 12 de janeiro de 1916, a direção do SPD expulsa-o (em 24 de março os demais deputados também foram expulso); estes formaram um agrupamento centrista que seria o embrião parlamentar do futuro *Partido Social Democrata Independente (USPD).*

Lenin, que tinha enorme admiração pela social-democracia alemã e por Kautsky, sofreu muito ao saber da posição dos deputados socialistas. Inicialmente, não acreditou: imaginou que tudo era uma trama da imprensa burguesa para semear a discórdia e desacreditar a social-democracia.

Não sem motivos: nos congressos anteriores a social-democracia alemã, Kautsky à frente, defendeu, de forma intransigente, uma política revolucionária em relação à guerra. Em 25 de novembro de 1912, o Congresso de Balê, reunindo os partidos socialistas de diversos países, havia adotado por unanimidade um manifesto contra a guerra, desmascarando seus objetivos criminosos. O congresso recomendava que os socialistas, em caso de guerra, aproveitassem da crise política e econômica que ela engendraria para levar a cabo a revolução socialista.

Diante do fato consumado, Lenin procurou analisar as causas da degeneração da social-democracia. Dez anos após a polêmica com Rosa Luxemburgo, ele aprofundava a avaliação das raízes do reformismo. Segundo ele:

> "O oportunismo foi engendrado durante dezenas de anos pelas particularidades da época do desenvolvimento do capitalismo, quando a existência relativamente pacífica e fácil de uma camada de operários privilegiados os "aburguesava", dava-lhes as migalhas dos lucros do capital nacional, poupava-os da miséria, dos

> sofrimentos e desviava-os das tendências revolucionárias da massa lançada na ruína e na miséria" (LENIN, 1977, p. 56).

Lenin afirmava que não era possível avaliar a vitória do oportunismo sem levar em conta a totalidade, ou seja, a fase imperialista do capitalismo. Para ele a análise devia tomar em consideração as mudanças estruturais da sociedade nestes anos. Sua teoria sobre o reformismo inseria-se numa teoria mais ampla sobre o imperialismo.

Ele não poupou críticas a Kautsky. Com a ironia felina que lhe era característica, desmontou todos os argumentos favoráveis à defesa nacional. Entretanto, a crucificação de Kautsky não tinha o significado de imputar-lhe a responsabilidade única pela política social-democrata. Para ele, "o oportunismo não é o resultado do acaso, nem de um pecado, nem de um equívoco, nem da traição de indivíduos isolados, mas o produto social de toda uma época histórica" (id., p.61).

Contudo, ele criticou todos os que, ainda que concordassem com esta análise, não compreendiam suficientemente seu significado e esqueciam que aquele fora "fruto da legalidade. Os partidos operários da época (...) deviam utilizar a legalidade burguesa. Mas, quando, a crise explodiu, era necessário passar à ação clandestina" (id., p.61-62).

O legalismo exacerbado refletia o apego burocrático à organização. O "velho partido" alemão sacrificou os objetivos revolucionários. Lenin acusou Kautsky de encobrir a verdade de que os grandes e fortes partidos tiveram medo de ver suas organizações dissolvidas, seus cofres confiscados e seus dirigentes presos.

A ilusão na legalidade transformou o partido operário em partido nacional-liberal e reformista e levou-o à derrota. Para Lenin, o tempo da legalidade pura e simples passara. Era necessário criar a base da organização clandestina, ilegal, "sem abandonar, por causa disso, nenhuma posição legal". (id.) Para isso, era preciso romper completa e definitivamente com o oportunismo, formando novos partidos realmente operários e revolucionários.

O SPD argumentou que a guerra era de defesa e que a derrota alemã poderia causar grave comoção nas massas. Além disso, justificou que se tratava de combater um dos mais bárbaros impérios feudais: o czarismo. Na verdade, a social-democracia expressava o sentimento nacionalista e militarista predominante.

Naquele momento, a população estava envolvida com aquele clima; a classe operária, em sua maioria, apoiou os esforços de guerra. A ideologia nacionalista tomara conta das massas e a própria esquerda ficou perplexa e precisou rever suas teorias. Não bastava afirmar a traição da direção, era preciso explicar o comportamento político das massas.

A primeira tentativa teórica de responder este dilema coube a Rosa Luxemburgo. Em sua análise, ela procurou demonstrar a insustentabilidade dos argumentos da direita e do centro social-democrata. Para ela, o conflito mundial correspondia à dinâmica imperialista dos países europeus e,

neste sentido, era a consequência lógica da disputa por mercados.

Como Lenin, ela responsabilizou a maioria social-democrata pelos rumos do movimento operário nesta fase. Contudo, reconheceu que a própria sociedade alemã não esboçara reação à política expansionista do governo e aceitou, com uma naturalidade preocupante, o estado de sítio implantado após a deflagração da guerra. A massa, educada na tradição democrata do SPD, abria mão das liberdades democráticas. Luxemburgo explicou esta atitude das massas pela "modernização conservadora", isto é, pelo fato destes direitos democráticos terem sido resultantes de concessões bismarckianas, de cima para baixo.

Rosa já havia exposto este pensamento, em junho de 1913, quando escreveu:

> "Não há dúvida de que a ausência de grandes tradições revolucionárias na burguesia alemã e, por conseguinte, também no proletariado alemão encontra-se na origem, mesmo nas fileiras da social-democracia, de uma certa falta de confiança em si, de um respeito inveterado, excessivo pela "legalidade" do estado policial e burocrático e pela autoridade do sabre policial" (*apud* LOUREIRO, 1995, p.115).

A submissão das massas às autoridades aliada ao profundo conservadorismo presente na sociedade alemã também foi consequência da política adotada pela social-democracia nos anos anteriores à guerra. A ideologia do patriotismo, aprendida nas escolas e na religião, foi complementada pela "universidade da "educação político-parlamentar" da social-democracia" (idem, p.108).

A compreensão da "traição" da social-democracia significava reconhecer que o proletariado alemão não correspondia à abstração revolucionária que se fazia dele. O agosto de 1914 colocava por terra o otimismo e a confiança inabalável nas massas e dava lugar ao reconhecimento de que estas estavam de fato integradas ao capitalismo, alienadas e submissas.

Neste ponto, Luxemburgo ultrapassava Lenin. Ela percebia que "não bastava uma mudança no plano organizatório, era preciso também que o proletariado, num gigantesco esforço de autoconscientização fizesse brotar em si os germes da nova humanidade" (LOUREIRO, 1995, p.132).

A realidade dos primeiros meses da guerra tratou de dissipar as ilusões e diminuiu o entusiasmo das massas. As condições de vida e de trabalho se deterioravam. Os salários eram corroídos e acelerava-se o ritmo de trabalho; a produção de bens de consumo declinou e os produtos agrícolas ficaram escassos.

Sob a economia de guerra, o governo e os patrões suprimiram o direito de greve e atacaram as liberdades democráticas. A classe operária começou a reagir: em 1915 já se registravam as primeiras greves e manifestações que refletiam seu descontentamento.

No interior do SPD cresceu a oposição à guerra: os revisionistas dividiam-se e uma fração, sob a liderança de Bernstein, condenava-

a; os kautskistas adotaram uma posição pacifista; a *"Esquerda de Bremen",* sob a liderança de Anton Pannekoek, também contrário à guerra, saiu do partido; Rosa Luxemburgo, Franz Mehring e outros, organizaram a *Liga Spartacus*.

Criada formalmente em 01 de janeiro de 1916, numa reunião no escritório de Liebknecht, a Liga adotou como programa as *"Teses sobre as tarefas da social-democracia internacional";* sua primeira declaração política foi o *"Folheto Junius".* Os spartaquistas, apesar de numericamente reduzidos, reuniram importantes militantes, especialmente entre a Juventude Socialista.[1]

Neste ano, intensificou-se o descontentamento popular. No primeiro de maio, a *Liga Spartacus* convocou uma manifestação para o centro de Berlim. Diante de centenas de pessoas, Karl Liebknecht ousou pronunciar-se contra o governo e a guerra: foi preso. Com a anuência dos socialistas, sua imunidade parlamentar foi cassada.

Da tribuna do parlamento, deputados social-democratas (da maioria), lançaram-se contra os revolucionários e declararam o apoio ao governo e à sua política de guerra. Liebknecht foi sentenciado a quatro anos e um mês de prisão. Para surpresa geral, essa decisão gerou a primeira greve política desde o início da guerra. Em meio a tudo isso, vários dirigentes sindicais, em Berlim, formaram um grupo à margem da social-democracia (os *"delegados revolucionários").*

Em janeiro de 1917, as correntes lideradas por Kautsky, Bernstein e a Liga Spartacus, realizaram uma conferência nacional com a presença de 157 delegados (destes, 34 eram spartaquistas). Essa conferência aprovou um documento favorável à política de paz. A direção do SPD considerou esta reunião como um ato de indisciplina e decidiu expulsar a oposição. Estes, em abril, fundaram o *Partido Social-Democrata Independente (USPD).*

Apesar do crescente respaldo das massas ao novo partido, a hegemonia ainda era do SPD. Este mantinha a maioria dos militantes e filiados e a quase totalidade das lideranças sindicais. Nascido de uma divergência essencialmente conjuntural, o USPD não conseguia diferenciar-se de sua matriz e isto contribuía para a continuidade da tradição política social-democrata.

O novo partido tinha dificuldades em mudar os métodos anteriores: a ênfase no trabalho parlamentar, as restrições à mobilização das massas e seu programa em relação à guerra era vago e impreciso. Composto majoritariamente por homens que defendiam a transição gradual e pacífica em direção ao socialismo, o USPD trazia em si limites concretos a qualquer política que representasse uma ruptura radical com o SPD. Por isso, vários grupos radicais pequenos - em Frankfurt, Hamburgo, Bremen, Duisburg - não ingressaram nele.

[1] Ambos foram redigidos por Rosa Luxemburgo e estão em GUIMARÃES (1988). O título real do "Folheto" era *A Crise da Social-Democracia Alemã*. Junius foi um pseudônimo usado por Rosa ao escrever na prisão.

A formação do USPD não guardava qualquer relação com as propostas de Lenin. Eram raros os que, neste período, propunham a formação de um novo partido. O surgimento deste partido não tem as características que assumiriam mais adiante os partidos comunistas então constituídos (estes sim, influenciados pelas teses de Lenin).

O surgimento do USPD foi motivado muito mais pela expulsão do que por um projeto de construção de uma alternativa. Entretanto, as posições no interior do novo partido não estavam diluídas: tanto à esquerda quanto à direita, os militantes agrupavam-se constituindo frações e tendências. A Liga Spartacus representava um setor independente dentro dele, mantinha sua autonomia organizativa e linha política própria.

A tática da Liga refletia a concepção de Rosa Luxemburgo sobre a relação vanguarda-massa. Nesta conjuntura, ela considerava prematuro fundar um novo partido; defendia a necessidade da militância junto à social-democracia, pois era em torno desta que a maioria do proletariado ainda se organizava.

As massas não deveriam ficar à mercê dos capituladores. Os revolucionários, organizados clandestinamente na Liga, deveriam disputar para tirá-las da influência da velha social-democracia. Rosa, como vimos, não era afeita a criar seitas e sempre foi avessa a qualquer tipo de organização desligada da base real do movimento.

Durante o ano de 1917, agravou-se a situação. Em janeiro, as fábricas de armamento em Berlim e Dusseldorf, paralisaram as atividades. Em abril, milhares de trabalhadores fizeram greve em cerca de 300 empresas na grande Berlim: eles exigiam o fim do racionamento do pão e do recrutamento dos dirigentes sindicais. Esta greve se alastraria para Halle, Brunswich, Magdeburgo e Leipzig.

Em junho e julho, os mineiros e metalúrgicos da Silésia e Westfália voltariam à greve. Em agosto seria a vez dos trabalhadores químicos nas indústrias da Alemanha central e ocorreria a revolta dos marinheiros em Kiel. Na frente de guerra verificava-se os primeiros motins e as confraternizações com o inimigo.

Com a generalização do sentimento de insatisfação e derrota, ampliou-se o leque dos setores políticos incrédulos quanto às possibilidades de vitória, inclusive na oposição burguesa. Em julho, o parlamento aprovou uma resolução pela paz sem anexações e reparações. Os resultados políticos desta decisão foram nulos. O então primeiro ministro, simpático à paz, foi demitido e o poder real passou para o Alto Comando Militar, que governou através dos ministros fantoches Michaelis e Hertling.

Os militares ainda tinham fôlego e o respaldo de setores da população. Essa realidade ainda perdurou mesmo após as greves de janeiro e fevereiro de 1918. Esse movimento, que atingiu proporções inéditas no pós-guerra, exigia a imediata conclusão da paz, com a participação dos trabalhadores nas negociações. Das reivindicações constavam ainda: controle do

abastecimento, restabelecimento das liberdades democráticas, fim do Estado de sítio, fim da militarização das empresas, libertação dos presos políticos e sufrágio universal.

Em fins de setembro, o Alto Comando foi obrigado a reconhecer a derrota militar. Mesmo assim, tentou salvar a situação substituindo o General Hindenburg pelo Príncipe Max de Bade, a quem foi confiada a tarefa de formar um novo governo com os partidos que aprovaram a resolução de paz. Dois social-democratas do SPD seriam incluídos neste governo: Scheidmann e Bauer.

Essa manobra não logrou o esperado. O governo formado não inspirava confiança e o processo social havia evoluído: os trabalhadores, marinheiros e soldados, estavam cansados e rebelaram-se. A 28 de outubro irrompeu o brado de revolta dos marinheiros de Wilhelmashaven que resistiram à ordem de zarpar. A repressão prendeu dezenas deles.

Numa manifestação pela libertação dos presos, realizada em 3 de novembro, a polícia atirou contra os manifestantes, ferindo vários deles e provocando nove mortes. No entanto, a repressão causou efeito contrário ao pretendido: o movimento de massas radicalizou-se e alastrou-se: formaram-se conselhos de operários e soldados por toda parte; nas fábricas, nos sindicatos e nos círculos de esquerda, falava-se num outubro alemão.[2]

Diante da radicalização das massas, a *Liga Spartacus* e os *"delegados revolucionários"* defenderam a greve geral e a insurreição; a maioria do USPD optou pela moderação Mesmo o SPD não ousou contrapor-se às massas, ainda que procurasse controlá-la e integrá-la aos limites aceitáveis pelo Estado.

As autoridades governamentais, diante do acirramento da luta, procuraram esfriar os ânimos e cooptar o movimento fazendo concessões: reconheceram formalmente os conselhos e a validade de suas reivindicações.

A 8 de novembro, uma vaga de greves e manifestações, que pedia a renúncia do imperador e a proclamação da República, espalhou-se por toda a Alemanha. No dia seguinte, o imperador e o governo Max de Bade renunciaram. Em seu lugar formou-se um governo provisório dirigido por Ebert. Scheidmann, outro dirigente do SPD, sentindo a efervescência popular, proclamou a República (contra a opinião de Ebert). Liebknecht proclamaria a *"República Socialista Livre"*.

[2] Arthur Rosenberg, prestigiado acadêmico que aderiu à ala esquerda do KPD, tem uma avaliação peculiar deste processo. Destoando da maioria dos historiadores alemães ele concluiu que a Alemanha deste período não estava à beira do bolchevismo. As reivindicações das massas estavam inseridas no programa social-democrata. O SPD, ao se recusar a colocar este programa de reformas políticas em ação, levou à radicalização das massas. Este autor é citado por Loureiro, cuja análise é semelhante. Para ela, a radicalização do movimento operário alemão deu-se "em consequencia da desilusão com a timidez do processo revolucionário, e não porque a Alemanha estava, desde a queda da monarquia, às portas do bolchevismo". Ver LOUREIRO 1995, p.164 e 181.

O novo governo foi composto por seis "Comissários do Povo": Ebert, Scheidmann e Landsberg, pelo SPD; Hasse, Deittmann e Barth, pelo USPD. Uma assembléia de delegados dos conselhos de operários e soldados de Berlim confirmou o apoio ao acordo SPD-USPD e ao governo.

A proclamação da República revelou as divergências quanto ao seu conteúdo e caráter. O SPD defendia a estabilização do novo regime através da implementação de reformas sociais e políticas a serem consagradas por uma Assembléia Constituinte e consideravam os Conselhos surgidos nesta fase como órgãos transitórios. Seu objetivo era a república parlamentar. Como escreveu Rosenberg:

> "Os funcionários da social-democracia majoritária viram no governo dos conselhos a ditadura violenta de uma minoria sobre a maioria do povo. Pois pensavam que os conselhos só poderiam apoiar-se nos trabalhadores das grandes empresas, excluindo o restante das massas populares" (*apud* LOUREIRO, 1995, p.147).

Enquanto para a social-democracia majoritária a revolução acabara em 9 de novembro e só restava a sua institucionalização pela Assembléia Constituinte, os comissários do USPD, não sem grandes hesitações, pensavam ser possível a coexistência da democracia parlamentar com os conselhos. A maioria deste partido defendia o adiamento da constituinte.

A esquerda do USPD, constituída por lideranças ligadas aos sindicatos tradicionais (Richard Muller, Ledebour, Daumig, Eichhorn e Eisner), próxima à *Liga Sapartacus*, tinha posições revolucionárias e conselhistas. Na *Liga Spartacus* e entre os *"delegados revolucionários"*, havia grande influência do exemplo dos sovietes russos: eles defendiam o caráter socialista da república, a entrega do poder aos conselhos e eram contra a Assembléia Constituinte.

Essas concepções foram debatidas no congresso dos delegados dos conselhos de todo o Reich, realizado em dezembro, em Berlim. Quando a proposta de entregar o poder aos conselhos foi colocada em votação, 344 delegados foram contra e apenas 98 a favor. Dentre os 489 delegados, 288 eram do SPD, 90 do USPD, 36 de outros partidos e 75 sem partido. A maioria dos conselhos referendavam o apoio ao governo recém formado. Além disso, o Congresso apoiou a proposta da Assembléia Constituinte, marcada para janeiro de 1919.

Neste período, ocorreu a radicalização dos soldados, que recusavam a disciplina e as regras tradicionais e defendiam a reeleição dos conselhos, opondo-se às suas lideranças (sob hegemonia do SPD). Simultaneamente, desenvolveu-se a formação de regimentos militares constituídos à margem do exército por oficiais ultranacionalistas e extremamente violentos: os *freikorps*, base inicial e sustentáculo do nazismo.

Às vésperas do natal, ocorreu outra revolta dos marinheiros. Desta vez, em Berlim. O exército foi enviado para reprimi-la, mas os soldados terminaram por se confraternizar

com os rebeldes. O governo cedeu. No entanto, permitiu que os *freikorps* invadissem Berlim, com o claro propósito de intimidação.

O social-democrata Ebert iniciava uma política que se tornaria comum nos meses seguintes: a utilização desse agrupamento paramilitar para reprimir os movimentos de massa e aniquilar as lideranças revolucionárias. Em nome da manutenção da ordem e da legalidade, o governo aliou-se à extrema-direita e à contra-revolução e tornou-se cúmplice de suas atrocidades.

A reação do USPD à ação governamental diante da rebelião dos marinheiros foi radical: retirou-se do governo. Em janeiro de 1919, quando se formou o primeiro governo da *República de Weimar*, com Ebert na presidência e Scheidemann como primeiro chanceler, o USPD negar-se-ia a participar e o SPD conclamaria os partidos burgueses a apoiá-lo. Na verdade, após a formação do USPD a social-democracia majoritária aprofundou sua aproximação com a burocracia do Estado, os militares e a burguesia.

Na passagem de 1918 para o ano seguinte, foi fundado o *Partido Comunista da Alemanha (KPD).* Em sua origem estavam presentes três correntes: a *Liga Spartacus*; a *"Esquerda de Bremen",* que após o fim da guerra aliou-se a outros grupos de várias cidades e adotou o nome de *"Comunistas Internacionalistas da Alemanha" (IKK),* sob a liderança de Pannekoeck, Gorter, Johann Knief e o polonês Karl Radek; e, a terceira tendência, formada pelos *"delegados revolucionários"* (militantes sindicais que organizavam-se clandestinamente nas fábricas de Berlim).

O KPD foi criado num momento em que as questões práticas eram prementes. Dessa forma, as discussões sobre a tática foram privilegiadas em detrimento de questões teóricas mais profundas. A principal polêmica no congresso de fundação se daria em relação à participação na Assembléia Constituinte e nos sindicatos sob influência social-democrata.

A posição da *Liga Spartacus*, exposta por Paul Levi, foi pela participação em ambos; os *"comunistas internacionalistas"* defenderam o boicote à Constituinte e apresentaram a proposta de criação das uniões operárias, que seriam organizações revolucionárias com o objetivo de eliminar a dicotomia entre o político e o econômico e substituir os sindicatos.[3]

Apesar de os delegados spartaquistas serem maioria (83), as posições dos IKK, que eram apenas 29, foram vitoriosas. Isto se explica pelas características da geração de novos revolucionários, cuja inexperiência, aliada à admiração pelos bolcheviques e ao ódio contra a burocracia sindical, tornava-os politicamente mais próximos dos "internacionalistas" do que dos seus dirigentes.

[3] Sobre os "comunistas internacionalistas", ver ARTHIER (1975) e TRAGTENBERG (1981). São fundamentais para a leitura crítica da obra *"Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo*" (LENIN, 1960), na qual o líder da revolução russa combate os "desvios esquerdistas" dos comunistas alemães, italianos e outros.

Neste momento, os *"comunistas internacionalistas"* estavam muito mais próximos dos bolcheviques do que a direção da Liga, cujo núcleo de elaboração teórica concentrou-se em torno de Rosa Luxemburgo (a qual criticava vários aspectos da política bolchevique).

Em 4 de janeiro de 1919, o governo demitiu o comissário policial Eichhorn (membro do USPD). Esse gesto provocou uma manifestação de protesto. De início, o movimento teve o apoio do USPD, do KPD e dos "delegados revolucionários", os quais, formaram um comitê revolucionário.

Diante da radicalização do movimento e da vacilação dos demais partidos, o KPD repôs a questão da insurreição. A tentativa insurrecional dos comunistas, iniciada a partir da decretação da greve geral em Berlim foi reprimida pelos *freikorps*. Em 11 de janeiro, a insurreição foi esmagada. Quatro dias depois, Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht foram presos e barbaramente assassinados. Noske, dirigente do SPD, chefiava a repressão. Em abril, outra tentativa insurrecional na Baviera também foi derrotada.

Rosa e Liebknecht consideravam prematuro o ensaio insurrecional, pois sabiam que a maioria da massa ainda apoiava a velha social-democracia e que a burguesia, auxiliada pela direção social-democrata e em condições de luta mais favoráveis, atuava de forma provocativa para lançar a esquerda à ação armada e, assim, ter o pretexto para aniquilá-la. Mas, a pressão da extrema-esquerda no seio do KPD venceu as resistências.

As derrotas acarretaram graves danos ao KPD: perdeu seus líderes mais expressivos e dezenas de quadros intermediários. Por outro lado, o fracasso evidenciou que a maioria do proletariado alemão ainda estava sob a influência política e ideológica da social-democracia.

Essa influência, calcada em reformas que representavam conquistas palpáveis para as massas, não poderia ser facilmente suprimida. Afinal, por décadas, a massa depositara confiança na organização que criou e, acima de tudo, em seus líderes. Sua vontade era expressa através desta organização, cuja direção havia se burocratizado e se integrado ao sistema burguês. A Revolução de 1918 estava na lógica do reformismo: tratava-se de realizar o sufrágio universal; garantir melhores condições de trabalho e de vida; de, enfim, instaurar a república democrática burguesa.

O contexto favorecia a social-democracia. Além de manter a hegemonia no movimento operário, ela soube explorar o imediatismo das massas, descer pragmaticamente ao seu nível e dirigir seus movimentos. Isso tudo, de forma admirável: controlando-o, cooptando-o e, quando necessário, reprimindo-o.

Enquanto os revolucionários lutavam pelo poder político e pela revolução socialista, por um novo outubro, a social-democracia no governo prometia desde o poder à socialização nos marcos da legalidade. Palavras de ordem como República, Assembléia Constituinte, jornada de oito horas de trabalho, etc., por mais

importantes e sedutoras que fossem, não colocavam em xeque a ordem capitalista. A burguesia e a social-democracia sabiam disso.

Os revolucionários encontravam-se num campo minado pela prática legalista e reformista, com um proletariado educado por décadas neste espírito. O ardor revolucionário da nova geração, indignada com os velhos líderes, era proporcional ao extremismo e sectarismo de muitos. Estes, não conseguiam fazer a relação entre reforma e revolução e mostravam-se hostis à participação em eleições e nos sindicatos. No afã de fazer a revolução acabavam por negar a importância das reformas.

Experiente e audaz, Rosa Luxemburgo enfrentou o radicalismo de seus companheiros de partido. Contra a maioria esquerdista, que caracterizou a posição dos líderes spartaquistas de participação nas eleições à Assembléia Constituinte como oportunismo, ela afirmou:

> "A alegria de que acabei de falar, proveniente do estado de espírito turbulento por vocês manifestado, não é sem mescla. Contemplo-a com um olho que ri, outro que chora. Estou convencida de que vocês querem construir seu radicalismo de maneira um pouco cômoda e rápida demais; sobretudo os gritos de "votar depressa!" mostram isso. A maturidade e a seriedade não se encontram nesta sala".[4]

[4] *Intervenção de Rosa Luxemburgo no Congresso de Fundação do Partido Comunista Alemão (30 de dezembro de 1918 a 1 de janeiro de 1919).* In: LOUREIRO e VIGEVANI (Orgs.), 1991, p.11-12.

A posição de Luxemburgo era coerente com a concepção de partido que ela defendera até então. Com efeito, ela fora uma das mais ardorosas defensoras dos conselhos e crítica da Assembléia Constituinte, porque via nesta uma forma da maioria social-democrata e a burguesia consolidarem a contra-revolução.

Porém, não só a proposta conselhista não obteve eco entre as massas, como o próprio congresso dos conselhos aprovou sua convocação. Constatando a "imaturidade das massas" ela recuou de sua posição anterior e voltou a defender a velha tática de utilizar criticamente o parlamento. Dirigindo-se a um dos líderes da oposição, ela afirmou:

> "As eleições representam um novo instrumento da luta revolucionária. Você permanece preso aos velhos modelos. Para você existe apenas o parlamento do Reichstag alemão. Você não consegue imaginar a utilização desse meio em sentido revolucionário. Pensa você: ou bem metralhadora, ou bem parlamentarismo. Nós queremos um radicalismo um pouco mais refinado. Não apenas esse grosseiro ou ... ou. É mais confortável, mais simples, porém uma simplificação que não serve para a formação, nem para a educação das massas" (LOUREIRO; VIGEVANI, 1991, p.13).

A maioria esquerdista foi vitoriosa por 72 a 23 votos. Esse confronto entre o radicalismo da base e a moderação da direção é explicado por vários autores pelas origens da própria *Liga Spartacus*. Para Rosenberg, a

> "direção da *Liga Spartakus* não tinha nada em comum do ponto de vista teórico ou prático com a maioria dos seus militantes. Onde a direção, de maneira realista, queria orientar-se de acordo com a situação existente na Alemanha, os militantes, irrefletidamente, queriam avançar. Onde a direção contava com uma longa evolução, os partidários queriam logo, em poucos dias e semanas, ver o resultado".[5]

A polêmica com estes setores seria retomada no II Congresso do Partido Comunista, realizado em outubro de 1919. Neste congresso, Levi apresentou as teses que procuravam redefinir os rumos e adequar a política do partido à realidade concreta, rompendo com os traços sectários do passado. Vitoriosas por uma pequena margem de votos, essas teses colocavam a aceitação da ação parlamentar e sindical como requisito para pertencer ao partido. O resultado seria a primeira cisão entre os comunistas: em abril de 1920, a ala esquerda formaria o *Partido Operário Comunista Alemão (KAPD).*

Enquanto a esquerda se dividia, a social-democracia majoritária se reunificava. Após o Congresso de Halle, em 1920, a direita do USPD reencontrou o seu caminho junto aos "velhos" majoritários. Kautsky, que havia perdido influência política – e inclusive o posto de diretor da *Neue Zeit* – também voltou ao seio materno. Agora, suas posições não representavam nem o conjunto dos independentes nem os que permaneceram no SPD.

Enfraquecido e sem ser incorporado ao círculo ativo do partido, Kautsky retirou-se de cena e voltou a Viena, onde fincaria suas trincheiras teóricas contra a Revolução Russa. Morreu aos 84 anos em Amsterdã, para onde fugira diante da invasão alemã hitleriana à Áustria. Apresentado à história como o "renegado", Kautsky deixou um legado teórico que os historiadores não podem desconsiderar - sob pena de se renderem à unilateralidade acrítica.

Em 1921, o Programa de Gorlitz da social-democracia, redigido pelo próprio Bernstein, adotou formalmente as posições revisionistas. Nos anos seguintes, a social-democracia confirmaria definitivamente os prognósticos dos revolucionários: abandonou até mesmo seus objetivos reformistas e firmou um compromisso de classe sob a base da proteção à propriedade privada e do estímulo ao lucro. Em contrapartida, teve a garantia dos recursos econômicos suficientes para implementar o Estado de bem-estar social, capaz de atenuar os efeitos distributivos do funcionamento do mercado.

Com uma política social que arrefecia as contradições de classes, a social-democracia adotou o keynesianismo na gestão do Estado e abdicou de qualquer perspectiva de transformação da sociedade capitalista, direcionando seus esforços para o seu aprimoramento. O mercado e a democracia representativa tornaram-se o cerne da nova estratégia (e com a vantagem de

[5] Apud LOUREIRO, 1995, p.162. A autora cita ainda P. Broué e Paul Levi (p.162-163). Por outro lado, ela observa que os artigos de Rosa Luxemburgo também contribuíram para o radicalismo da jovem militância.

não mais ser necessário as justificativas formais do discurso teórico pretensamente revolucionário).

Referências

ARTHIER, Denis. *A Esquerda Alemã (1918-1921). "Doença Infantil" ou Revolução?* Porto: Afrontamento, 1975.

GUIMARÃES, Juarez R. (org.) *Rosa, A Vermelha*. São Paulo: Buscavida, 1988.

LENIN, V. I. *Esquerdismo, Doença Infantil do comunismo***.** São Paulo: Editora Escriba, 1960.

LENIN, V. I. *O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo***.** Lisboa: Edições "Avante"; Moscovo: Edições Progresso, 1977. (Obras Escolhidas, Tomo I).

LOUREIRO, Isabel Maria e VIGEVANI, Tullo (Orgs.). *Rosa Luxemburgo: a recusa da alienação***.** São Paulo: UNESP/FAPESP, 1991.

LOUREIRO, Isabel Maria. *Rosa Luxemburg: os dilemas da ação revolucionária***.** São Paulo: Ed. da UNESP, 1995.

TRAGTENBERG, Maurício. *Marxismo Heterodoxo*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

* Publicado em ***Partido de massas e Partido de quadros: a Social-Democracia e o PT***, p. 112-133 (São Paulo: CPV, 1996).

** **ANTONIO OZAÍ DA SILVA** é professor do Departamento de Ciências Sociais (UEM) e autor de ***História das Tendências no Brasil (Origens, cisões e propostas)*** (São Paulo: Proposta Editorial, 1987) e ***Partido de massas e partido de quadros: a Social-Democracia e o PT*** (São Paulo: CPV, 1996). Blog: http://antoniozai.wordpress.com; Email: aosilva@uem.br